



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Conselho Superior

RESOLUÇÃO CONSUP/IFES nº 98

DE 22 DE JULHO DE 2022

Aprova Regimento Interno do Conselho de Gestão do Campus Piúma.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO – Ifes, no uso de suas atribuições regimentais, considerando os autos do Processo nº 23185.000548/2022-58, bem como as decisões proferidas pelo Conselho Superior do Ifes em sua 77ª. Reunião Ordinária, realizada em 22 de julho de 2022;

RESOLVE: Aprovar o Regimento Interno do Conselho de Gestão do Campus Piúma.

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º. O Conselho de Gestão do Campus Piúma do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, criado pela Resolução do Conselho Superior do Ifes nº 03/2020, de 08 de junho de 2020, é órgão consultivo da Diretoria Geral e tem a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento da gestão e do processo educativo, além de zelar pela correta execução da política educacional do Ifes.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º. O Conselho de Gestão do Ifes – Campus Piúma terá a seguinte composição, limitada a 23 (vinte e três) membros no total e garantida a paridade entre os segmentos docente e técnico-administrativo:

I - membros natos:

a) o (a) Diretor(a) Geral, na qualidade de Presidente;

b) os demais diretores das Diretorias que compõem a estrutura organizacional do campus, subordinadas à Direção Geral;

c) coordenadores das Coordenadorias que, na estrutura organizacional do campus, estão diretamente subordinadas às Diretorias a que se referem as alíneas a) e b) acima.

II - membros representantes: coordenadores de cursos, servidores docentes, servidores técnico-administrativos, discentes e outros membros, da seguinte forma:

a) 02 (dois) Coordenadores(as) dos Cursos Técnicos, escolhidos pelos seus pares;

b) 01 (um) Coordenador(a) do Curso de Graduação, escolhido pelos seus pares;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Conselho Superior

- c) 01 (um) Coordenador(a) dos Cursos de Pós-Graduação, escolhido pelos seus pares;
- d) 01 (um) representante do corpo discente do curso do nível básico, escolhido pelos seus pares;
- e) 01 (um) representante do corpo discente do curso de graduação, escolhido pelos seus pares;
- f) 01 (um) representante do corpo discente dos cursos de pós-graduação, escolhido pelos seus pares;
- g) 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos, que não façam parte do Conselho, sendo eleito por votação por meio de chapa entre seus pares;
- h) 01 (um) representante do corpo docente, com um respectivo suplente, que não façam parte do Conselho, sendo eleitos por votação por meio de chapa entre seus pares;
- i) 01 (um) representante de egressos do nível técnico, graduação ou pós-graduação;
- j) 01 (um) representante dos pais ou responsáveis;
- k) 01 (um) representante da sociedade, membro de órgão relacionado ao eixo do Campus.

§ 1º A critério do Conselho de Gestão, convidados poderão participar das reuniões em caráter eventual, nos moldes do Art. 17 deste Regimento.

§ 2º Os membros do Conselho de Gestão exercerão suas funções sem prejuízo das atribuições de seus respectivos cargos, sendo tal participação considerada de relevante interesse público, não lhes cabendo nenhuma remuneração adicional.

§ 3º Quando houver necessidade de se realizar eleições para escolha de representantes, a candidatura deverá ser feita exclusivamente por chapas, possuindo cada uma delas, um titular e um suplente.

CAPÍTULO III DA COMPETÊNCIA

Art. 3º. Compete ao Conselho de Gestão do Ifes – Campus Piúma:

- I - apreciar o plano geral de ação, o limite orçamentário anual e o orçamento plurianual de investimentos;
- II - requerer informações e propor à Diretoria-Geral as diretrizes e recomendações técnicas das atividades do campus;
- III - apreciar as políticas administrativas, financeiras e educacionais do campus;
- IV - requerer informações e fazer proposições a respeito das ações referidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do campus;
- V - elaborar e propor alterações no Regimento Interno do campus;
- VI - apreciar, preliminarmente, antes de encaminhar ao Conselho Superior, propostas de criação de novos órgãos e/ou de alterações na estrutura organizacional do campus, devendo necessariamente, estar acompanhadas das competências desses novos órgãos e/ou decorrentes das alterações propostas;
- VII - sugerir ações de melhorias em nível de Campus;
- VIII - opinar sobre as demais questões submetidas à sua apreciação;
- IX - apreciar sobre alienação de bens móveis e imóveis do campus, observada a legislação pertinente; e



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Conselho Superior

X - em primeira instância, dirimir dúvidas e resolver casos omissos na aplicação do Regimento Interno do campus, encaminhando ao Conselho Superior aquelas que não forem resolvidas ou objeto de recurso.

CAPÍTULO IV

DO APOIO ADMINISTRATIVO

Art. 4º. O apoio administrativo ao Conselho de Gestão será realizado por servidor localizado no Gabinete da Diretoria Geral, designado pelo Diretor-Geral, que exercerá as atribuições de secretariar e dar publicidade às atas das reuniões do Conselho de Gestão.

Parágrafo único. O(a) secretário(a) do Conselho de Gestão exercerá suas funções sem prejuízo das atribuições de seu respectivo cargo ou função e não perceberá gratificação adicional por tal exercício.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES

Seção I

Do Presidente

Art. 5º. São atribuições do Presidente do Conselho:

I - representar o Conselho de Gestão;

II - convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Gestão e aprovar a pauta das reuniões;

III - dirigir as discussões, mantendo a ordem, concedendo a palavra aos Conselheiros, coordenando os debates e neles intervindo para esclarecimento, encaminhando e apurando as manifestações e proclamando seu resultado;

IV - decidir, quando o resultado das manifestações não obtiver maioria simples, nos casos em que o Conselho de Gestão for instado a emitir parecer, nos moldes do Art. 24 deste Regimento;

V - resolver questões de ordem;

VI - declarar a perda do mandato do Conselheiro, no caso previsto no parágrafo único do Art. 19 deste Regimento, fazendo imediata comunicação à Diretoria-Geral, por intermédio da Secretaria do Conselho, para as devidas providências de substituição;

VII - justificar ausência de Conselheiro à reunião, desde que essa ausência tenha sido comunicada por escrito, antecipadamente, nos termos do inciso III do Art. 8º e do caput do Art. 19, ambos deste Regimento; e

VIII - indicar o Vice-Presidente, dentre os membros do Conselho.

Seção II

Do Vice-Presidente

Art. 6º. São atribuições do Vice-Presidente:

I - substituir o Presidente em ausências ou impedimentos;

II - colaborar com o Presidente na representação e direção do Conselho; e

III - executar todos os demais serviços de sua competência, que lhe forem atribuídos pelo Presidente.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Conselho Superior

Seção III

Da Secretaria

Art. 7º. São atribuições do(a) Secretário(a) do Conselho:

- I - organizar a pauta dos assuntos a serem tratados e submetê-los à decisão do Presidente;
- II - preparar o expediente para os despachos do Presidente;
- III - despachar com o Presidente os assuntos pertinentes ao Conselho de Gestão;
- IV - ter a seu cargo toda a correspondência do Conselho de Gestão;
- V - dar conhecimento aos membros do Conselho de Gestão e aos eventuais participantes sobre o local, a data e o horário determinado para a reunião, podendo a comunicação ser feita via correio eletrônico;
- VI - secretariar as reuniões, lavrar atas, consignando nas mesmas o comparecimento dos membros e dos convidados, bem como os atos e fatos importantes consignados;
- VII - elaborar e submeter ao Conselho de Gestão relatório de suas atividades, do ano anterior, até o primeiro trimestre do ano em curso;
- VIII - promover as publicações, arquivar as atas e os atos proferidos pelo Conselho de Gestão, nos termos do Art. 23 deste Regimento;
- IX - exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas pelo Presidente do Conselho de Gestão; e
- X - colher assinaturas nas atas, preferencialmente, ao se encerrar a reunião ou, caso não seja possível, encaminhá-las por e-mail para apreciação dos Conselheiros e posterior assinatura.

Seção IV

Dos Conselheiros

Art. 8º. São atribuições dos Conselheiros:

- I - participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Gestão;
- II - manifestar-se nas discussões em pauta nas reuniões;
- III - repassar a convocação para seu membro suplente, quando da sua impossibilidade de participar da reunião;
- IV - justificar à Secretaria do Conselho sua ausência à convocação, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;
- V - divulgar as atividades desempenhadas pelo Conselho de Gestão entre seus pares; e
- VI - exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas pelo Presidente do Conselho de Gestão.

CAPÍTULO VI

DO FUNCIONAMENTO

Art. 9º. As reuniões do Conselho de Gestão serão instaladas com a presença de maioria simples dos membros do Conselho de Gestão.

Parágrafo único. O quórum será apurado no início da reunião pela assinatura dos Conselheiros à lista de presença.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Conselho Superior

Art. 10 As reuniões serão presididas pelo Presidente e, em seus impedimentos ou ausências, pelo Vice-Presidente, nos termos do inciso I do art. 6º deste Regimento.

Art. 11 As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Gestão, por meio de correio eletrônico ou aviso pessoal escrito, e ocorrerão ordinariamente, a cada dois meses, ou extraordinariamente, a qualquer tempo, com indicação da pauta de assuntos a serem tratados, horário e local.

Parágrafo único. Não havendo matérias para a ordem do dia, a reunião ficará, automaticamente, cancelada.

Art. 12 As reuniões ordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo único. Os dias, os horários e a duração das reuniões ordinárias serão disciplinados pelo Conselho de Gestão do Campus, aprovados na primeira reunião anual.

Art. 13 As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas para exame de matéria de extrema relevância ou urgência.

§ 1º A reunião extraordinária poderá ser solicitada, por requerimento, ao Presidente do Conselho de Gestão, por no mínimo 2/3 dos membros.

§ 2º Poderá ser omitida a pauta ou dispensada a antecedência prevista neste artigo quando ocorrerem motivos excepcionais.

Art. 14 O Conselho de Gestão do Campus se manifestará por maioria simples sobre os assuntos constantes da pauta da reunião, e se pronunciará por meio de atos, nos moldes do Art. 23 deste Regimento.

Art. 15 O processo de manifestação indicado pelo Presidente será nominal ou secreto.

§ 1º Qualquer Conselheiro poderá fazer consignar em ata sua manifestação.

§ 2º Será permitida a abstenção da manifestação.

Art. 16 Convidados poderão comparecer às reuniões do Conselho de Gestão por indicação de Conselheiros, para fazer apresentações ou prestar esclarecimentos julgados necessários.

Parágrafo único. O convidado fará parte da reunião somente no momento em que estiver em discussão a pauta do assunto que lhe disser respeito. Após os devidos esclarecimentos, este será dispensado pelo Presidente do Conselho para que a reunião tenha continuidade.

Art. 17 A ordem dos trabalhos das sessões ordinárias ou extraordinárias será a seguinte:

- I - abertura da reunião, com a leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
- II - leitura do expediente e da ordem do dia, compreendendo relato, discussão e manifestação sobre matéria em pauta;
- III - apresentação de proposições, pareceres e comunicações dos membros; e
- IV - assuntos de ordem geral.

§ 1º A pauta será organizada pela Secretaria, com as matérias a serem submetidas a exame, acompanhadas, quando necessário, de pareceres.

§ 2º A ordem dos trabalhos, estabelecida neste artigo, poderá ser alterada mediante proposta de qualquer membro do Conselho de Gestão, desde que devidamente justificada e aceita.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Conselho Superior

§ 3º Não havendo quem se manifeste sobre a ata, ela será ela considerada aprovada.

Art. 18 É obrigatória a confecção de atas sumárias das sessões, que deverão ser publicadas na rede interna do Campus.

Art. 19 O membro do Conselho que, por motivo justo, não puder comparecer à reunião convocada, deve comunicá-lo formalmente ao Presidente, por escrito.

Parágrafo único. A ausência do conselheiro representante, sem justificativa aceita pelo Conselho de Gestão, a três sessões consecutivas ou a cinco alternadas, no mesmo mandato, importa na perda do mandato e consequente substituição do Conselheiro.

CAPÍTULO VII

DO MANDATO E DA VACÂNCIA

Art. 20 O mandato dos membros natos perdurará enquanto permanecerem no respectivo cargo ou função.

Art. 21 O mandato dos membros representantes será de 1 (um) ano, permitida uma recondução por igual período.

§ 1º Em caso de vacância de cargo titular, assumirá o membro suplente até o término do mandato.

§ 2º Em caso de vacância dos cargos de titular e suplente, será convocada eleição extraordinária para escolha de representante até o término do mandato.

Art. 22 A vacância ocorrerá por:

I - falecimento;

II - aposentadoria, remoção ou redistribuição do servidor;

III - renúncia expressa ou tácita;

IV - perda da condição de Conselheiro, na forma do disposto no parágrafo único do Art. 19;

V - por trancamento, transferência ou cancelamento de matrícula, em se tratando de membro discente;

VI - afastamento total ou parcial que limite a atuação cotidiana no campus por mais de três meses, inclusive mobilidade docente e outras similares; ou

VII - fim do mandato.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 Os atos do Conselho de Gestão podem consistir em parecer, indicação, requerimento, e moção e serão inseridos no corpo do texto das respectivas atas, ou serão junto a elas anexadas e publicadas.

§ 1º Parecer é a proposição na qual o Conselho se pronuncia sobre qualquer matéria que a ele seja submetida.

§ 2º Indicação é proposição apresentada por qualquer Conselheiro para apreciação do Conselho.

§ 3º Requerimento é proposição de iniciativa de Conselheiro, dirigida oralmente, ou por escrito, à presidência do Conselho, a fim de solicitar providência relativa aos trabalhos em pauta, que poderá ser



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Conselho Superior

decidida de imediato pela Presidência, salvo se houver necessidade de estudo ou informações preliminares, ou submeter à manifestação do Conselho de Gestão.

§ 4º Moção é proposição apresentada acerca de estudo de uma questão ou incidente surgido em sessão e que pode ser apresentada ao Conselho de Gestão por qualquer um de seus membros.

Art. 24 As reuniões do Conselho de Gestão poderão ser transmitidas pela internet, de acordo com os recursos materiais, tecnológicos e humanos de cada campus.

Parágrafo único. As pautas que tenham como tema assuntos sigilosos, de acordo com o que estabelece a legislação em vigor, serão colocadas no fim da reunião e a transmissão será suspensa durante sua comunicação, debate e manifestação.

Art. 25 As propostas de alteração do Regimento Interno do Conselho de Gestão do campus serão aprovadas mediante manifestação favorável da maioria absoluta de seus membros (cabendo ao Presidente em exercício a manifestação nos casos de empate) e deverão ser encaminhadas ao Fórum de Diretores Gerais para o prosseguimento dos trâmites.

Art. 26 As propostas de alteração do Regimento Interno do Conselho de Gestão do campus serão aprovadas mediante manifestação favorável da maioria absoluta de seus membros e deverão ser encaminhadas ao Fórum de Diretores Gerais para o prosseguimento dos trâmites.

Art. 27 Os casos omissos serão decididos pelo Conselho de Gestão do campus.

Art. 28 Fica revogada a Resolução Conselho Superior nº 30 de 10 de maio de 2012.

Art. 28 Este Regimento entra em vigor e inicia a produção de seus efeitos em 1º de agosto de 2022.

Jadir José Pela
Presidente do Conselho Superior -IFES